

ISSN 2595-5934



PERIODICIDADE
MENSAL

MAR EDIÇÃO
2026 N°95

IDIOMAS
PORTUGUÊS E INGLÊS

 **QUALIS B3**



CAPES

A EDUCAÇÃO E O LEGADO HISTÓRICO DE ANGOLA EDUCATION AND THE HISTORICAL LEGACY OF ANGOLA

JORGE, Pedro¹

RESUMO

A educação é um processo que está presente em todas as sociedades, acompanha a evolução do homem desde primórdios, tornando um legado da sociedade, pelo facto de ser vetor de transmissão contínua das experiências, habilidades e conhecimentos de forma contínua. No espaço territorial angolano, antes da presença europeia era feita de forma oral de geração a geração, onde as tradições, costumes, provérbios, lendas, contos e músicas constituíam o legado histórico que é herança. Na época colonial, a educação era destinada apenas por uma minoria e que visava a promoção da ideologia e valores do ocidente, a educação rudimentar aos indígenas foi obra das igrejas que a faziam para promover a fé cristã. Após a independência, a educação ficou influenciada pela ideologia marxista-leninista com finalidade de promover valores comunistas, sendo liberalizado com evento da paz. Em todos os momentos da história, a educação é como um instrumento de promoção de interesses de classes dominantes. Assim sendo, fizemos reflexão sobre a educação e o seu legado histórico de Angola, destacando a época pré-colonial, colonial, do partido único e da paz e as suas influências no processo educativo atual.

Palavras Chaves: Educação. Legado. Histórico. Angola.

ABSTRACT

Education is a process that is present in all societies, accompanying the evolution of man since ancient times, becoming a legacy of society, due to the fact that it is a vector for the continuous transmission of experiences, skills and knowledge in an ongoing manner. In Angolan territory, before the European presence, it was done orally from generation to generation, where traditions, customs, proverbs, legends, stories and songs constituted the historical legacy that is inherited. In the colonial era, education was intended only for a minority and aimed at promoting Western ideology and values. The rudimentary education of indigenous people was the work of the churches that did it to promote the Christian faith. After independence, education was influenced by the Marxist-Leninist ideology that aimed to promote communist values, being liberalized with the event of peace. At all times in history, education has been seen as an instrument for promoting the interests of the dominant classes. Therefore, we will reflect on education and its historical legacy in Angola, highlighting the pre-colonial,

¹ Mestrando em Ensino de História de Angola no ISCED-Luanda, Licenciado em Ensino de História no ISCED-Uíje. Licenciado em Ensino de História pelo ISCED-Uíge, Professor do Ensino Primário e Secundário do 6º grau no Complexo Escolar do Calebe-1017-Kuanza Norte. <https://orcid.org/009-0001-4458-4339>. Email: pedrontula0@gmail.com.

colonial, single-party and peace eras and their influences on the current educational process.

Keywords: Education. Legacy. History. Angola.

INTRODUÇÃO

Angola constituiu resultado de um processo histórico que o mesmo vivenciou, dos seus mais variados momentos, desde a colonização, implantação do sistema monopartidário, conflito político-armado e o processo de Paz. De forma direta ou indireta, estes processos constituem marcos indelévels repercutindo no tipo da educação que hoje se administra neste espaço territorial do continente africano, onde as diferentes fases influenciam de forma específica a educação em Angola, onde estes eventos históricos estão intrinsecamente ligados na maneira que a educação constituiu legado na reprodução política, cultural dos fenômenos que o País vivenciou. A nossa principal preocupação como atores do processo educativo, como é que a pode haver uma educação independente não estando reféns das influências dos marcos históricos?

Com a implementação do imperialismo em África onde Angola é parte integrante, os europeus sentiram na necessidade de consolidar o seu domínio e, uma das formas de concretizar este desiderato procuram civilizar os autóctones sob padrões ocidentais, transformando assim a escola como veículo de transmissão de valores portugueses, impedindo assim o desenvolvimento do espírito crítico e de forma independente dos africanos, transformando-os como caixa de ressonância dos valores alheios a sua cultura e padrões de vida, ficando assim patente o desejo desmedido dos europeus de civilizar os africanos (BENDER, 2009; KILUANGE, 2024).

Com o alcance da independência, muitos países africanos herdaram os traços culturais políticos e mentalidades europeias, pelo fato da elite independentista ser produto da criação europeia, adoptando o socialismo como via de desenvolvimento dos seus Países (SILVA, FRAZÃO, 2023). Em Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ao proclamar a independência adoptou o marxismo-leninismo como forma de Estado, com isso, a educação herdou o legado da ideologia colonial, onde a mesma era tida como instrumento de propagação e consolidação da

ideologia comunista, ficando assim a educação longe de promover inclusão social, espírito crítico, pensamento livre, comprometimento com nação sem distinção ideológica e religiosa (IMBAMBA, 2010; EMÍDIO, SANTOS, 2023).

O Advento da paz que poderia constituir oportunidade para a promoção da educação que refletisse a realidade cultural, foi aproveitado por elite que usam a educação como instrumento de manutenção dos seus interesses e das suas crenças, elaborando programas que demonstram a herança e o legado do passado vigente na mentalidade destes que constituem elementos simbólicos dos mesmos processos históricos (colonização, ideologia da época do Partido único e do conflito político-armado).

Para demarcarmos naquilo que é o legado histórico da educação com relação a reprodução dos valores alheios aos padrões dos africanos e angolanos em particular, é sempre importante que os atores do processo educativo angolano repensem e adoptam os conteúdos educativos capaz de fazer uma ruptura com aquilo que foi incutido pelos que detém o poder e que são protagonistas na reprodução ideológica do legado histórico ligado com o colonialismo, ditadura e alienação daquilo que cada um é, adaptando os conteúdos programáticos das nossas escolas a realidade social, cultural e antropológico das comunidades em que se encontram, podendo esses constituir principais instrumentos de resolução dos problemas existentes em vez de ser reprodutor da exclusão social.

ABORDAGEM CONCEITUAL

A educação constitui um processo que permite a transmissão dos conhecimentos e estes são utilizados para resolução dos problemas que afligem a sociedade. Para Rita Malfada Silva a educação é todo o processo de ensino e transmissão de conhecimentos, habilidades, hábitos e costumes. No lado mais amplo é todo conjunto de ações quer de forma particular como de forma geral, envolvendo-se várias áreas da sociedade como: política, economia, a religião, a moral e muito mais (SILVA, 2013, p. 19). O processo da educação, deve ser compreendido como resultado de um longo processo de transformação histórica e não como um fenómeno

isolado com a realidade atual. Os desafios enfrentados pelo sistema educacional angolano, não são explicados de forma espontânea, mas como consequência da herança de um passado (MUANDA, SANTANA, 2025).

Para o desenvolvimento de qualquer sociedade é fundamental que se aposte na qualidade da educação para que os seus cidadãos sejam úteis para o sistema de produção. No mundo globalizado, onde as transformações tecnológicas ocorrem de forma constante a aposta na educação torna cada vez mais necessário para que os homens se adaptem com os desafios de cada contexto.

EDUCAÇÃO AFRICANA NA ERA PRÉ-COLONIAL

Apesar da atual configuração territorial dos países africanos ser resultado da ação imperialista dos europeus, antes da presença dos colonizadores, o continente africano era uma configuração de muitos reinos ou estados. No caso particular do espaço territorial angolano, existia reinos como: Reino do Kongo, Ndongo, Matamba, Lunda, Kwanhamas e Ovimbundos. A educação estava presente, apresentando a sua base estrutural na transmissão e preservação de conhecimentos e expressões ligados pela sua ancestralidade de geração a geração de forma oral por intermédio de: contos, provérbios, ritos de iniciação (circuncisão), música, dança, ou seja, todas as manifestações culturais das diferentes comunidades (GOMES, 2024).

A educação que era proporcionada pelos africanos, visava preparar o indivíduo para dar solução nos problemas da vida social no quotidiano, adicionando-os pela retórica, eloquência e provérbios, conferindo o indivíduo uma competência social, diplomática e até governativa para corresponder com as exigências que surgem na comunidade em que se insere, podendo dar solução aos problemas de diferentes ordens: enfermidades, infelicidades, problemas fúnebres, conjugais e muito mais².

Os Africanos afeccionam a eloquência com o emprego de provérbios no falar e no responder, o uso frequente na sua maneira de tratar os casos de matrimônios, crimes nascimentos, óbitos e demais assuntos relevantes na sua vida social. Com a sua sabedoria os nossos ancestrais sempre souberam

² Para assuntos do fórum comunitário (problemas matrimoniais, alianças, contratos e heranças), as assembleias batizadas com o termo “makas” desenrolavam-se a sombra de mulembeira, como uma argumentação convincente característica da jurisprudência africana, onde os entendidos na arte, os oradores e intérpretes da sabedoria africana fazem o uso da palavra, a participação nesses makas, constitui grande escola do aprendizado.

que é através dos provérbios que se pode encurtar o debate sobre qualquer assunto e resolver problema (TADI, 2012, p, 17).

Com a chegada dos europeus, os elementos ligados aos padrões culturais africanos, foram subalternizados procurando aniquilar aquilo que não tinha haver com o ocidente, hostilizando a educação tradicional africana reduzindo-a a um mero objeto sem importância e nada ter de bom e de contributo para a nova educação, resistindo todas as tentativas de aniquilamento, pois divergia com as crenças e valores da educação europeia, facto disso deu-se no antigo Estado do Kongo com a queima dos objetos de culto religioso e de iniciação, acção conhecida como destruição da casa dos ídolos, onde os seus mestres, os Nganga-Ngombo³ e Nganga a nkizi⁴ foram perseguidos (NTEKA, 2003).

No aspecto dinâmico, a educação tem como pressuposto transmitir valores patrimoniais e uma herança cultural de uma geração a outra. Ela destina-se a assegurar a continuidade, e passa a ser um instrumento por meio do qual as civilizações se perpetuam e graças a ela os membros de uma sociedade, que também são portadores de uma cultura, asseguram as condutas necessárias para a sobrevivência. Neste pressuposto, é visível nas sociedades angolanas sobretudo nas zonas rurais, onde o processo da globalização e da modernidade não atingiu um grau acentuado, uma herança da educação tradicional africana, com recurso a provérbios, contos, lendas e histórias transmitidas de geração a geração por oralidade, sobre as situações do dia-á-dia e o seu devido tratamento.

A EDUCAÇÃO COLONIAL EM ANGOLA

Na época colonial, a educação estava reservada apenas por uma minoria, privilegiada, estes por sua vez negavam categoricamente a sua condição alienando-se aos padrões culturais africanos, rompendo com a sua identidade, sendo considerados como civilizados, esta minoria que vivia de acordo com os padrões

³ É o diagnosticador, cujo papel é de detectar os espíritos maus.

⁴ É o especialista cujo que utiliza os conhecimentos herdados dos antepassados para aplicar as terapias com base as plantas medicinais no tratamento de algumas enfermidades.

culturais europeias enquadravam-se na classe dos assimilados, podendo estes usufruir de forma parcial certas benesses como pseudoeuropeus, chegando a ter privilégios de estudar nas escolas públicas (CHIWEYENGUE, 2024). A formação promovida pelos portugueses aos nativos era baseada na imposição das noções básicas que visava para o seu entendimento a civilização dos autóctones sob padrões culturais da Europa e em particular de Portugal, e foi na mesma em que se ensinava as noções básicas sobre a História de Portugal, os seus símbolos nomeadamente a bandeira, a geografia de Portugal, Hino nacional, os heróis que até em muitos casos eram protagonistas da dominação dos africanos (MUANDA, SANTANA, 2025).

Em muitas circunstâncias, o ensino estatal só se desenvolveu onde havia maior concentração de população colonial, isto é, nas principais cidades do litoral, como Cabinda, Luanda e Benguela e em algumas do seu interior como Huambo, Lubango e Moçamedes de população branca.

A administração colonial teve sempre medo da promoção intelectual dos indígenas, temia que entre estes surgisse líderes que pudessem causar problemas. O Estado ao mesmo tempo declinava nas missões este encargo, nunca proporcionou a ajuda devida, considerando enteadas as escolas missionárias que constituíam o chamado escolas indígenas (KANDA, 2003, p. 23).

A herança educativa portuguesa não prometia muito, a população que recebia a educação era limitada. O principal dinamizador deste sistema era o pároco e a escola paroquial, isto significava para haver uma escola, tinha que ter uma paróquia, para que houvesse uma paróquia, tinha de haver um posto administrativo, de facto, a educação, como prestação de um serviço público por parte do governo, estava dependente da expansão administrativa (SAMUELS, 2011, p.176).

Com limitação da extensão do ensino aos autóctones que na óptica dos colonizadores eram indígenas, serão as igrejas que fruto da sua acção social e missionária vão formar os africanos e nestas emergiu a elite intelectual independentista. Os missionários desempenharam um papel de grande vulto na educação das populações locais, proporcionando o ensino rudimentar na qual os deu conhecimentos básicos. A questão da ligação das igrejas e escolas eram frequentes nas diferentes regiões ocupadas pelos portugueses, pelo este facto a população alvo

recebia uma educação muito limitada, o principal articulador era o Pároco e a Escola Paroquial.

No mesmo diapasão, Herlânder Felizardo sustenta:

A tarefa mais importante da escola era evangelização, formaram-se mais professores para levar os níveis do ensino, as missões criaram internatos nas estações missionárias e nas filiais, o que contribuiu para que os alunos comesçassem a ter tempo para irem as aulas e estudar, visto que não terem de regressar todos os dias às suas aldeias depois do término das aulas (FELIZARDO, 2005, p. 56).

A criação das Escolas Missionárias católicas e protestantes, teve como objetivos a pretensão de minimizar os analfabetos no seio dos fiéis, e proporcionar-lhes uma educação rudimentar com intuito destes terem noções básicas para a leitura de catecismo, missal dominical, bíblia e entender alguns elementos da fé cristã e da doutrina da igreja Católica (SEBASTIÃO, 2025). Neste pressuposto, salienta-se que a educação proporcionada nas zonas rurais pelas igrejas as populações locais não teriam grandes proporcionalidades, que poderiam catapultar os africanos para grandes patamares. Nesta senda a escola era um dos meios da evangelização, visto que as crianças que frequentavam a mesma eram mais evangelizadas em relação aos outros (SAMUELS, 2011).

Para Michael Anthoni Samuels explica:

Os missionários levavam com eles as faramentas de um sistema de ensino rudimentar. A Escola era um meio importante para alcançar os africanos e convertê-los ao cristianismo. Em alguns casos, os africanos evidenciavam um desejo por escolas, antes dos missionários estarem prontos para as fornecer. Geralmente, porém as escolas desenvolviam lentamente a um nível muito elementar (SAMUELS, op.cit., 179).

Com isso, salienta-se que os missionários desempenharam um papel de grande vulto na educação das populações locais, proporcionando o ensino rudimentar no qual os deu conhecimentos básicos aos nativos. A questão da ligação das igrejas e escolas eram frequentes nas diferentes regiões ocupadas pelos portugueses, pelo este facto a população alvo recebia uma educação muito limitada.

No fundo, as missões religiosas quer católicas como protestantes ao abrir a educação para os africanos tinham a finalidade de evangeliza-los sob doutrinas da fé cristã, e por sua vez era de maior interesse dos portugueses em evangelizar as

populações encontradas, visto que a religião cristã foi utilizada para amortecer o espírito revolucionário dos outros povos, a espada e a cruz caminhavam sempre de mãos dadas, o Estado ocupava os territórios concedia-os a igreja e este último transmitia a mensagem de passividade com intuito do povo não usar violência e resistência na chegada dos europeus, a espada e a cruz andavam de mãos dadas.

A luz do texto, apercebemos a marginalização que a educação colonial protagonizou aos africanos, ao levar ação exclusão no que diz respeito ao acesso e ao mesmo tempo ao ignorar a realidade social, aspectos culturais dos nativos, constituiu um instrumento de produção e reprodução da desigualdade social, complexo de inferioridade e de superioridade, racismo e a subalternização das crenças locais, tratando-os como adorações profanas. A educação deixada pelo sistema colonial não refletia a realidade cultural e cosmológica dos diferentes espaços em que se inseria a mesma.

Apesar da independência política, a educação colonial constituiu um legado para os angolanos, numa altura que muitos destes continuam reféns a ideologia que foi incutida pelo sistema educativo colonial, onde as línguas angolanas, os padrões culturais das nossas comunidades não são privilegiados no sistema de ensino, a valorização de um europeu é visível em relação aos nossos concidadãos, o complexo de inferioridade, a desigualdade no atendimento dos ambos é visível. Nos manuais do sistema educativo as personalidades históricas no mundo da música, política, arte e literatura ocidental têm maior destaque em relação aos nossos.

A EDUCAÇÃO NA ÉPOCA DO PARTIDO ÚNICO

Fruto das lutas levadas acabo pelas elites independentistas e conjugado com ações diplomáticas da comunidade internacional, Angola alcança a sua independência a 11 de novembro de 1975, a nova autoridade política herdou da colonização portuguesa uma taxa de analfabetismo de 85%, das maiores entre os países de África. Por esta razão o Estado angolano definiu a educação como uma das prioridades na política governativa do país (KEBANGUILAKO, 2016, p.16).

Em função do contexto internacional da época caracterizado pela bipolarização da política mundial, em 1976, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido político que proclamou a independência de Angola, estabeleceu o socialismo como via de desenvolvimento político, econômico e social, e o marxismo-leninismo como ideologia política do Estado, nacionalizando-se a educação onde o governo passou a fazer dele um aparelho ideológico de Estado para legitimar e promover a cultura da “classe” política dominante.(Ibidem). Fazendo uma analogia, apercebe-se que a educação foi um legado de classe dominante na instrumentalização da sociedade e em particular a classe dominada manipulando-lhes por meio de ideologias que se administra no processo do ensino-educativo. Todo esse processo de nacionalização da educação tinha como principal objetivo colocar sob controle do Estado todo o sistema educativo do país, e fazer da educação um instrumento do Estado capaz de expandir a ideologia política do MPLA (KEBANGUILAKO, 2016 p. 239).

Se a educação após a independência foi usada para promover uma ideologia, na nossa óptica, esta educação estava longe de promover uma inclusão social, uma vez que indiretamente excluía aqueles que eram oponentes da ideologia adotada pela elite política que proclamou a independência. Assim sendo, a educação estava distante de produzir pensadores independentes, munidos com espírito de tolerância, respeito pelas diferenças. A mesma estava continuando com o seu legado histórico de promover as desigualdades, hegemonizar as elites políticas e a perpétua manipulação das massas.

Por causa do regime governamental, notara-se um ensino com padrões ditatoriais, no qual não havia liberdade de expressão e de aprendizagem, onde o Professor era tido como Detentor do Conhecimento e podendo decidir sobre o aluno, com o uso de chicote. Devido do regime adoptado pelo governo a educação promovia elementos patrióticos assente na formação ideológica e Partidária, onde de forma obrigatória recrutava-se alunos para a Organização do Pioneiro Angolano (OPA), onde conhecimentos como os símbolos nacionais, como bandeira de Angola e a sua composição, o Hino Nacional de Angola e Insígnia eram elementos primordiais que eram ensinados.

Em função da oposição da ideologia marxista-leninista e da política comunista associado com as influências das ideologias das superpotências, o País mergulhou-se num conflito sem precedentes causando a destruição das infraestruturas e ausência da educação nas zonas afetadas pelos confrontos. Por outro, observava-se um número considerável do absentismo quer por parte de Professores como dos alunos, a baixa frequência escolar e as limitações do orçamento para fazer face as necessidades (ZAU, 2009, p. 269).

Tal como noutros contextos da história angolana, a educação neste período conturbado, continuou com o seu legado de reprodutor da desigualdade social, exclusão e desequilíbrio social, numa altura em que nem todos tinham o acesso a mesma e foi utilizado como instrumento de propagação dos interesses dos diferentes grupos antagónicos presentes numa determinada parcela do espaço territorial angolano.

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PAZ

Na busca da solução para encontrar um denominador comum entre os irmãos desavindos deu-se a assinatura dos acordos de Bicesse a 31 de maio de 1991, dando assim um conjunto de transformações políticas e económicas, resultando na restauração do sistema educativo livre sem impedimentos da guerra e extinguindo assim o sistema ideológico-partidário (LIBERATO, 2014). Noutra vertente, a entrada em vigor da economia do mercado contribuiu no fim do monopólio do ensino ao estado dando assim a oportunidade do surgimento das instituições privadas, que passaram a desempenhar um papel de grande vulto na cobertura da educação.

O advento da paz, levou o fim do conflito político e militar e em que em certa forma constituía um entrave na execução das políticas para da educação inclusiva, para permitir o acesso a todas as franjas. Se na época colonial e do conflito armado havia a questão de culpabilização do regime colonial e da guerra, na época da paz os angolanos em particular as entidades competentes (o executivo e os seus parceiros sociais como as igrejas e a sociedade civil) têm uma oportunidade soberba de desenvolver uma educação que reflete a realidade socioeconómica das populações

angolanas, podendo estes despir-se das influências em que lhes foi legado como herança pelas forças imperialistas.

Foi neste período concretamente no ano de 2002 que se adoptou a Lei de Bases da Educação e ratificado em 2022, no qual consagra no cômputo geral princípios democráticos com introdução dos princípios como: Universalidade, Democraticidade, gratuidade, laicidade e obrigatoriedade. Ainda na senda desta lei, reforçou-se o legado histórico da educação ser de dominação ideológica ao conferir no artigo 16º a língua portuguesa a exclusividade para o ensino (ANGOLA, 2016). Noutra vertente no ponto de vista formal consagra alguns princípios da democratização da educação, mas no ponto vista material, regista situações contrárias com aquilo que é plasmado, onde em várias escolas públicas os alunos são obrigados a dar uma participação para a compra de folhas de provas, pagamento de energia e água, falta de infraestruturas, seleção de conteúdo consoante os interesses de uma elite e ausência de liberdade no sistema educativo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O crescimento de um país corresponde ao aumento quantitativo e qualitativo de bens e produtivo, mas para o efeito é importante que a posta recaia numa educação que promove a inclusão quer no acesso tal como na elaboração dos conteúdos programáticos, os currículos, políticas de inclusão, criação de oportunidades para que a mesma seja direito para todos. A educação constitui um ponto chave para evolução estrutural resultante da transformação das proporções e das relações do sistema da Educação. A sociedade por sua natureza sempre realiza e dirige uma educação aos seus membros, isso faz com que cada comunidade tenham um estilo, modelo próprio de educação de acordo com o tipo da educação que a integra (DIOGO, 2012, p.132).

Um dos desafios da educação em Angola, é torná-la independente das intervenções exógenas no que concerne a elaboração dos conteúdos programáticos, adequando-os com a realidade social e a necessidade dos cidadãos que o País pretende ter. Tal como sustenta filósofo angolano Artur Pina, a educação tem como finalidade de conferir ao homem a própria liberdade responsável, isto é, interagindo

sensibilidade e a razão (PINA, 2014, p.22). Assim sendo, é fundamental que haja uma educação com um compromisso de estabelecimento de um sistema ideal de educação que se enquadra nos sentimentos, costumes e aquilo que vai de acordo com a pertença do povo, ajudando os indivíduos a ter a sua consciência própria.

Como é do conhecimento, Angola é um País soberano desde 11 de novembro de 1975 no ponto de vista jurídico-legal, será que esta soberania no ponto de vista material reflete-se na realidade angolana? Responder essa pergunta- leva-nos na reflexão dos conteúdos programáticos do sistema educativo será que se adequa com a realidade social, cultural, antropológico, social e económico das nossas comunidades? É importante fazermos um diagnóstico, se a educação que é proporcionada, constitui legado histórico de que época da nossa história, se não se adequa com aquilo que pretendemos ser, urge na necessidade de adequá-lo urgentemente com os padrões contextuais daquilo que pretendemos na realidade e ajudar o angolano a libertar da escravidão mental.

Portanto, é imprescindível que se faça uma avaliação minuciosa, se até que ponto se cumpre com alguns diplomas legais internacionais como a Carta Universal dos Direitos Humanos, tal como as diplomas internas como a Constituição da República e a Lei de bases da educação que estabelece a educação como direito de todos, se até que ponto as autoridades proporcionam condições para o seu cumprimento, bem como a forma que se materializa o princípio de Universalidade, gratuidade, democraticidade e laicidade, numa altura que se regista desigualdade, exclusão, desequilíbrio, interferências ideológicas e marginalização de alguns, continuando a educação com o seu legado do instrumento de produção e manutenção do poder. Torna-se cada vez mais urgente incutir na educação dos angolanos não é só conhecimentos programáticos nos manuais escolares, mas através dos conteúdos que possam libertar as consciências sobre o ser humano a refletir sobre a sua condição, da sua comunidade e como a relação com o mundo em que vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos globais, a educação é o principal elemento de perpetuação dos valores de cada sociedade, a mesma acompanha um processo histórico da evolução da sociedade, constituindo um legado de geração a geração. Em Angola, a educação nos diferentes momentos da sua história, foi tida como instrumento de produção e reprodução dos interesses da elite privilegiada, sendo um elemento de promotor de desigualdade social, exclusão e marginalização, no contexto da paz deve assumir um papel inverso, isto é, assumir o papel de promotor da inclusão, do espírito de tolerância, dos valores democráticos, de harmonia social e, contudo, assumir uma consciência própria e livre.

Para que a educação constitui um legado histórico que reflete a realidade angolana, é importante que a mesma seja concebida numa forma independente das influências sociológicas externas, isto é, desfazer-se do seu papel de continuador de transmissão dos valores ocidentais e deve assumir a sua função de construção dos valores da angolanidade, refletindo na nossa realidade social, desconstruindo narrativas que remete o angolano na situação de neocolonização.

É importante que as autoridades competentes traçam as linhas mestras para que haja a materialização das políticas educativas que possibilitam um ensino inclusivo para todas as franjas da sociedade angolana não é só no acesso como também pela abrangência dos conteúdos que sejam enquadrados na realidade angolana e que possam corresponder com os desafios das nossas comunidades. Os continuadores da angolanidade são os próprios recursos humanos que a educação produz, estes são projetados consoante aquilo que os anseios dos que detém o poder político e económico, procurando dar a educação de acordo com os seus interesses.

Contudo, as autoridades competentes, os agentes educativos e os parceiros sociais têm responsabilidades de criar as condições materiais e humanas para que a educação em Angola seja dada tendo em atenção à realidade social, cultural e que a mesma seja concebida sob padrões culturais da angolanidade, desconstruindo a realidade ligada com a imposição dos valores europeias. Com isso, deve-se proporcionar uma educação que liberta o cidadão a tomar a sua própria consciência

e ser o próprio sujeito do sistema educativo que possa deixar um legado que reflete a angolanidade nas suas diversas dimensões com uma mente independente e livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA-Lei nº 17/16 de 7 de outubro 2016. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República. I série n.157.

BENDER, Gerald J. Angola sob o domínio Português: Mito e realidade (2ª ed.). Luanda: Nzila, 2009.

CHIWEYENGUE, João Jeremias. O Sistema de Ensino colonial português e a sua relutância na criação do ensino Superior. Cadernos de África Contemporânea, 25, 2024.

DIOGO, Paulo Gaspar Fernando. Sociologia da Educação e Administração Escolar. Luanda: Plural Edioras. 2012.

EMÍDIO, R. D. J.; SANTOS, M. P. M. A Educação Em Angola No Contexto Da Pós-Modernidade. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 9(7), 1556–1585. 2023. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i7.1060>.

FELIZARDO, Herlander. Angola: Campo de Missões Cristãs. Viseu: Filhos encardenadores. 2005.

GOMES, Joaquim Armindo. História Geral de Angola: À Luz do Programa do curso de Licenciatura. Luanda: Mayamba. 2024.

IMBAMBA, José Manuel. Uma nova cultura para mulheres e homens novos: um projeto filosófico para Angola do 3º milénio à luz da filosofia de Battista Mondin. Luanda: Paulinas, 2010.

KANDA, Almeida. Repensar a História de Angola. Uíge: SEDIPU, 2003.

KEBANGUILAKO, Dinís. Educação em Angola: Sistema educativo, políticas públicas e os processos de homogeneização na Primeira República (1975-1992). Tese (Doutorado em Educação). Universidade da Bahia, Salvador, Bahia, 2016.

KILUANGE, Filisberto. Sistema Educativo angolano: Processos de desconstrução, construção e reconstrução dos seus fins e estrutura. Sapientae. 2024.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em Angola. Revista Brasileira de Educação 19, 1003-1031. Luanda: Universidade Agostinho Neto, 2014.

MUANDA, Margarida Marina Sabino A. C.; SANTANA, Andreia da Cunha Malheiros. O Sistema Educativo angolano e a docência: Os desafios históricos e precariedades persistentes. *Diálogo Educacional*, v. 25, n.86, p.1441-1451, 2025. doi:org/10.7213/1981-16x25.A003

NTEKA, Afonso. Construtores do Reino: Reflexão sobre a acção evangelizadora dos Catequistas na Diocese do Uíje (Angola). Pádua: Missionários Capuchinhos, 2003.

PINA, Artur. O Homem e a Cidadania. Luanda: Mayamba. 2014.

SAMUELS, Michael Antony. A História do Ensino em Angola (1878-1914). Luanda: Mayamba. 2011.

SEBASTIÃO, Moniz. Educação e fé: As escolas eclesiais e o desafio de formar para transformar. *Especial Independência*. Luanda. 22 de Junho de 2025.

SILVA, Rita Malfada Cavaco Bourguignon. Importância da Educação na manutenção da Paz e reconstrução de Angola. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidade Autónoma de Lisboa, Fevereiro de 2013.

SILVA, S. C. C. dos S.; FRAZÃO, E. I. dos S. F. O Nacionalismo na Luta Pelas Independências das Colónias em África (Angola). *Revista Angolana De Ciências*, 5(2), e050215. 2023.

TADI, Fernando Kidima. Eloquência: Manual de Aprendizagem da Eloquência através de Provérbios de Kikongo. Luanda: Mayamba. 2012.

ZAU, Filipe. Educação em Angola, Trilhos para o desenvolvimento. Luanda: Movilivros. 2009.